

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3057, de 2000, do Sr. Bispo Wanderval, que "inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único" (estabelecendo que, para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação por outro órgão). - PL3057/00

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprime o § 3º do artigo 13 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3057/00:

Art. 13.....

§ 3º: A Área de Preservação Permanente (APP) não utilizada na forma do *caput* deste artigo dever ser deduzida da área total do imóvel para efeito de cálculo do percentual de áreas destinadas a uso público previsto no art. 11 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O não cômputo da APP da área total do imóvel para efeito de cálculo do percentual de áreas destinadas a uso público implica a redução, de forma artificial, destas últimas. A APP é uma limitação intrínseca ao direito de propriedade, razão pela qual as medidas protetivas não deverão significar minimização de espaços públicos.

Sala da Comissão, em 21 dezembro de 2006.

Gustavo Fruet
Deputado Federal